

FH no provão da História

WILSON FIGUEIREDO

Se houvesse cursos de nível superior para políticos, a avaliação que o governo Fernando Henrique criou para aferir as faculdades pelos alunos reprovaria o presidente no episódio da nomeação (e demissão) do diretor da Polícia Federal. Não fecharia os cursos, mas o presidencialismo, mais uma vez, correria perigo de perder o lugar para o parlamentarismo.

Os últimos provões estão sendo um massacre para o presidente, que não teve boas notas nas matérias em que foi avaliado, exceto viagem ao exterior. O fechamento dos cursos de pós-graduação política seria incontornável à luz dos insucessos na escolha de ocupantes de altos cargos. Fernando Henrique em política parece aluno que passou de ano por decreto. No-

meação provisória, na dependência de investigação para tomar posse, é negação do bom senso que só oposição pode se permitir.

O presidente seguramente é bom de cátedra mas demonstra dificuldade de aprender. É um estranho à escola mineira de fazer política, e a paulista, em teoria, está no Primeiro Mundo mas na prática opera no Terceiro. Não é por acaso que Fernando Henrique está repetindo os quatro anos, e se saindo pior.

Nem no que diz respeito à História – mestra da vida por aclamação dos romanos – o presidente mostra ter freqüentado aulas com proveito. Devia fazer provas pelo método de múltipla escolha e acertar por palpite. Onde já se viu nomear chefe da Polícia Federal com currículo de suspeitas, dando em garantia a própria palavra? Depois

da posse, provada a procedência do que se diz dele, a mão que nomeia seria a primeira a desfazer o ato. Fernando Henrique não demite: desfaz o ato.

Todas as faturas políticas emitidas no presidencialismo, de um jeito ou de outro, são tiradas em nome do presidente da República e saldadas por ele, à vista ou a prazo. São os ossos do ofício presidencial. É da natureza desse sistema de governo. Para os presidentes, as glórias. Para os ministros, nada. O sistema personalizado de governo pressupõe personalidades sob medida para exercê-lo. Não deve ser o caso de Fernando Henrique, que se machuca com os ossos do ofício e se realizaria plenamente no parlamentarismo.

A conclusão moral – que a História usa para fazer saldo – vale-se do exemplo de César no epi-

sódio tão citado mas tão pouco imitado, em relação ao que em Roma se dizia da mulher dele com um jovem romano. César, muito antes de haver Ibope, não quis saber de apurar nada: repudiou-a. Mulher de governante não pode ser malfalada (isto é luxo de governado). O presidente não podia ter feito o que fez, com as razões que ofereceu.

Teria dado a volta por cima, em grande estilo, se tivesse invertido a ordem dos fatores e, ao saber das primeiras reservas que pipocaram sobre o novo diretor-geral da Polícia Federal, em vez de empenhar-se pela nomeação e a posse, requisitasse cadeia nacional (de rádio e tv, bem entendido) para agradecer a contribuição geral para impedi-lo de cometer mais essa. E, em atenção à História do Brasil, pelos 500 anos, suspenderia a posse.

Confirmadas as suspeitas, a nomeação estaria automaticamente nula. Seria aplaudido de pé como numa aula magna de política no país em ninguém é demitido nem ninguém gosta de pedir demissão (o pedido de demissão veio com atraso mas veio).

Se em Roma, que fervia de boatos como Brasília, vigorou o princípio de que mulher de homem público não pode ser suspeita, dois mil anos depois no Brasil chefe de polícia não pode acumular suspeita de tortura com o exercício da função. A História coleciona exemplos de erro essencial de escolha de chefe de polícia. Fernando Henrique já era crescendo quando Getúlio Vargas, abarrotado de poderes, começou a tropeçar nas contradições que despertou ao retocar a ditadura para funcionar como democracia, no

fim da Segunda Guerra Mundial. Tinha imitado o andar da direita européia, afastando-se sempre da eleição e, para acertar o passo, fez uma virada brusca rumo às urnas em 1945.

O eleitorado indócil depois de tantos anos de privação queria a democracia para ontem. Getúlio Vargas viu-se na contingência de escolher novo Chefe de Polícia, de importância política na hierarquia do Estado Novo. E escolheu ninguém menos que o próprio irmão Maneco Vargas, getulista óbvio e veemente. Pegou mal. A desconfiança se generalizou e juntou os dois candidatos preferenciais à sucessão presidencial: Getúlio nomeou mas não chegou a haver a posse, e 48 horas depois estava em São Borja. Provou que nomeação malfeita pode dar demissão superior.

20 JUN 1999

JORNAL DO BRASIL